

LIDO
Em 05/02/03

Assessoria de Plenário

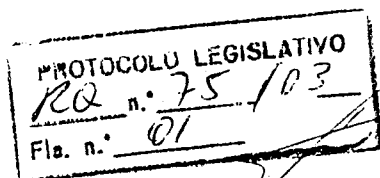
REQUERIMENTO Nº

RQ 75/2003

Autor: Bancada do PT

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,
à Assessoria de Plenário,

Em: 05/02/03



“Requer a transformação de Sessão Plenária da Câmara Legislativa em Comissão Geral, para se debater a necessidade de criação do Plano Diretor dos Serviços de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, e a suspensão da licitação do sistema metroviário e concessões de linhas urbanas associadas, bem como a convocação do Exmo. Senhor Secretário de Transportes do Governo do Distrito Federal para prestar esclarecimentos.”

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Nos termos do arts. 125, I e III, e 229 do Regimento Interno, requeremos seja transformada em Comissão Geral a Sessão Ordinária do dia 13 de fevereiro de 2003, desta Casa, para debate sobre a criação do Plano Diretor dos Serviços de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e a suspensão da licitação do sistema metroviário e concessões de linhas urbanas associadas, bem como seja convocado o Exmo. Senhor Secretário de Transportes do Governo do Distrito Federal para prestar esclarecimentos.

JUSTIFICAÇÃO

O requerimento que submetemos aos nobres pares, tem a intenção de possibilitar o debate sobre a criação do Plano Diretor dos Serviços de

CS/seria

ES

A

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PRO	n.º 75/03
Flo. n.º	02

Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e a suspensão da licitação do sistema metroviário e concessões de linhas urbanas associadas.

A população do Distrito Federal conhece muito bem o caos em que se encontram os transportes públicos na Capital, e a que preço. Não há declaração oficial alguma que possa cobrir a realidade quotidiana de milhares de pessoas que estão obrigadas a servir-se destes meios para chegar ao trabalho, ao lazer, ao hospital, locomover-se enfim.

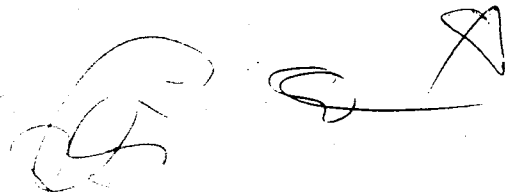
Em nome da “livre iniciativa” liquidou-se a maior empresa de transportes públicos do DF, que fez a história da própria cidade, a TCB. Em lugar de sanear o que era de propriedade de toda a sociedade, livrando a empresa do clientelismo e da má administração, optou-se pela miragem da eficácia do setor privado.

Mas qualquer cidadão sabe perfeitamente que não existe um sistema de livre concorrência no setor: os grupos econômicos mais poderosos abocanharam boa parte das linhas, criando monopólios privados, sem garantir nem qualidade, nem eficácia, nem conforto e muito menos custos razoáveis para os usuários.

A manipulação clientelar da questão do transporte no DF conduziu à liberalização quase total com a criação dos meios de transportes ditos “alternativos”: por mais que no papel estes transportes sejam regulamentados, qualquer um pode assistir ao triste espetáculo da “livre concorrência” de automóveis privados, vans licenciadas ou não, e ônibus piratas de diversos tipos, idades e condições técnicas – em geral precárias – circulando livremente em todas as partes das cidades e disputando aos berros os passageiros; menores trabalhando nestes meios como cobradores, numa anarquia geral. Não estamos à beira do caos: vivemos na sua plenitude.

Esta anarquia prejudica em primeiro lugar ao usuário, mas coloca em estado de exasperação os próprios trabalhadores do setor, aliás receptáculos diretos da insatisfação do público. Trabalhando em condições duras, em veículos carentes de manutenção e há muito condenados do ponto de vista da ergonomia e do conforto, estes trabalhadores são obrigados a duras lutas para defender o próprio nível salarial e condições dignas de

C. Floriano



trabalho, frente ao apetite insaciável das empresas. Obrigados a fazer greve, criam novos sacrifícios para a população.

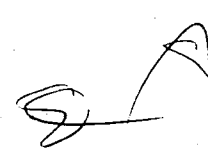
E as autoridades? Enfrentam o justo protesto dos trabalhadores organizados com fingida indiferença, e toleram todo tipo de abuso, permitindo a pirataria geral, para furar o movimento grevista e jogar os trabalhadores contra a opinião pública.

Mesmo aqueles trabalhadores que, para sobreviver, são proprietários ou trabalham nos meios “alternativos”, não possuem quaisquer garantias, devem submeter-se a grupos organizados que, em conluio com as autoridades públicas interessadas nos currais eleitorais, controlam licenças e concessões.

O Metrô, defendido ardorosamente pelo atual Governador nos anos 90, e, uma vez assumidos os compromissos, realizado com grande sacrifício por parte da Comunidade, foi apresentado com panacéia para o transporte de massas da Capital, e serviu de palco para propagandas pirotécnicas impressionando a todos. No frígir dos ovos, vem miseravelmente colocado em leilão, por falta de passageiros e um rombo operacional insuportável para os cofres públicos.

Este é o “ingrediente” mais intragável: como é possível imaginar que, colocando à disposição do setor privado o resultado de investimento público de milhões de reais, e de presente ainda quase 400 concessões de linhas, chegue-se ao equilíbrio financeiro que os administradores públicos não puderam – ou não quiseram – obter? Ou será que deliberadamente não o fizeram, para presentear esta concessão de 25 anos aos “amigos de sempre”? Como se a iniciativa privada, hoje totalmente incapaz de oferecer soluções racionais ao sistema, fosse capaz de regularizar situações como estas: o Metrô já opera com terceirizações com altos custos e de eficácia duvidosa, para não falar dos investimentos imprescindíveis para completar a obra – 180 milhões de Reais – sem os quais sabe-se que jamais será atingido o patamar de passageiros/dia que permitiria o equilíbrio financeiro do sistema. A gestão semi-privada conduziu à precariedade atual, onde menos da metade da moderna frota de trens pode circular com segurança, enquanto que outros são “canibalizados” para fornecerem peças sobressalentes.

O cidadão comum, pela simples observação, interroga-se sobre questões simples para as quais as autoridades parecem incapazes de oferecer

colaboração  

respostas: Por que as vans não circulam nos trajetos para elas determinados? Por que qualquer pessoa pode utilizar seu automóvel para recolher e transportar passageiros? Por que os ônibus não funcionam em horários e condições de uso adequadas? Por que não houve a prometida integração entre ônibus e metrô, e a preços acessíveis? Porque a população do entorno do DF continua a pagar tarifas exorbitantes sem que haja acordo e coordenação entre as autoridades do DF e do Estado de Goiás? Por que as linhas periféricas devem atravessar todo o Plano Piloto criando uma colossal duplicação de serviços e custos mais altos, quando o racional seria a introdução de "hubs" de conexão e linhas circulares rápidas internas, sempre a preços de passagens integradas? E os porquês são muitos mais.

TUDO ISSO É PRODUTO, ANTES DE MAIS NADA, DE UMA ABSOLUTA FALTA DE PLANEJAMENTO. Não existe, de fato, um plano diretor para os transportes. Estudos e propostas perderam-se nos tempos e nas gavetas. Mas como isto é possível na cidade que nasceu das pranchetas de Lúcio Costa e Niemeyer e do sonho dos nossos pioneiros? É explicável somente pela falta de vontade política de prestar um serviço à cidadania, como corolário da pressão de interesses privados insaciáveis, que tem caracterizado o entorno da coisa pública nesta cidade. O Governo do DF já introduziu todos os elementos de caos urbano possíveis, com a expansão desordenada do tecido urbano, eivada de corrupções, colocando assim em risco a própria existência da cidade como patrimônio da humanidade.

É por isto que insistimos na realização de um Fórum público, aberto a todo o DF e entorno, com a participação das máximas competências e autoridades no tema de transportes, da comunidade acadêmica, das organizações classistas e populares, dos representantes do Governo Federal e do Estado de Goiás e de todos os cidadãos interessados, para conjuntamente definir prioridades e estabelecer bases para a elaboração de um verdadeiro e moderno Plano Diretor de Transportes digno do prestígio da Capital da República.

C. F. Lourenço

[Assinatura]

[Assinatura]

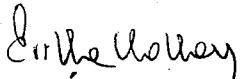
[Assinatura]

Certos da justeza do pleito, solicitamos aos nobres pares desta Casa, a aprovação da presente proposição, buscando, através do debate contribuir com propostas que garantam a manutenção de direitos dos cidadãos do Distrito Federal em terem um sistema de transporte coletivo digno e eficiente.

Sala das sessões, 04 de fevereiro de 2003.


Deputado Chico Vigilante - PT


Dep. PAULO TADEU - PT


Dep. ÉRIKA KOKAY - PT


Dep. CHICO FLORESTA - PT


Dep. ARLETE SAMPAIO - PT

